

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANA LUÍSA DAROIT ZANCHETTI

**MODA, POLÍTICA E GÊNERO:
Nuances de rosa e azul para crianças**

PORTO ALEGRE
2021

ANA LUÍSA DAROIT ZANCHETTI

**MODA, POLÍTICA E GÊNERO:
Nuances de rosa e azul para crianças**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Fabiene Gama

PORTO ALEGRE
2021

ANA LUÍSA DAROIT ZANCHETTI

**MODA, POLÍTICA E GÊNERO:
Nuances de rosa e azul para crianças**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação de Ciências Sociais, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Fabiene Gama – UFRGS (orientadora)

Profa. Dra. Vi Grunvald - UFRGS

Dra. Aline Rochedo - UFRGS

PORTO ALEGRE

2021

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer à minha orientadora, Fabiene, pela confiança, conhecimento e luz depositados em mim e em meu trabalho, elementos essenciais para o que nos dispusemos a fazer neste trabalho, e principalmente pelos ensinamentos antropológicos, etnográficos, feministas e discussões enriquecedoras.

Aos meus pais, irmã e namorado, pelo apoio ao longo da graduação, período desafiador em que tive que enfrentar medos e inseguranças, o que se tornou mais leve com a presença e força deles.

Vi e Aline, obrigada por aceitarem serem parte desse processo através da banca, e enriquecerem a discussão que proponho aqui.

Não poderia deixar de citar os professores das Ciências Sociais que foram, para mim, as grandes estrelas que me guiaram nessa jornada, em especial aqueles que me marcaram enquanto educadores e pessoas com as quais me senti acolhida, como as professoras Chica (Cornelia Eckert), Patrice Schuch, Fabíola Rohden, Ceres Victora, Caleb Alves e Eduardo Dullo.

Por fim, aos amigos que fiz ao longo do curso, pesquisadores e profissionais com os quais trabalhei ao longo desses anos, e a todos que contribuíram para construir a Universidade pública de qualidade pela qual lutamos, minha gratidão.

RESUMO

Nos últimos anos, emergiram discussões sobre gênero, sexo e sexualidade que adentraram o discurso político e a opinião pública, de tal forma que a moda foi discutida por seu papel simbólico nas performances de gênero. A divisão das cores rosa e azul em cores especificamente designadas para menina e para menino contribuiu para uma discussão maior que envolve identificar as visões de gênero e suas construções políticas. Para isso, parti do olhar de mães para pensar como se dá o ato de vestir uma criança, e refletir sobre a comparação e a divisão dos gêneros tendo a moda infantil e seus elementos acionados como marcadores sociais. Em termos teóricos, parti das definições de gênero e sexualidade de Judith Butler e Thomas Laqueur, e de moda e consumo de Daniel Miller para desenvolver minhas análises. Além disso, também levei em consideração a discussão contemporânea sobre “ideologia de gênero”, moda agênero e a história do rosa e azul. O método de coleta dos relatos concedidos por mães de bebês foi a entrevista semi-estruturada. A escolha das mães se deu por possibilitarem a entrada no universo da moda infantil generificada que procuramos debater. Em virtude das limitações de tempo e o pequeno número de interlocutoras contactadas, as análises concebidas são restritas e não podem ser lidas como conclusões universalizantes. Elas provaram, contudo, serem frutíferas pois demonstram que existe uma forte associação das cores com elementos generificados na moda, em especial no que diz respeito a afirmações e/ou suspeitas de hétero e homossexualidade.

Palavras-chave: Moda; roupas; gênero; política.

ABSTRACT

In recent years, discussions about gender, sex and sexuality have emerged that have penetrated political discourse and public opinion, in such a way that fashion was discussed for its symbolic role in gender performances. The division of pink and blue colors into colors specifically designed for girls and boys contributed to a larger discussion that involves identifying gender views and their political constructions. Because of this, I started from the perspective of mothers to think about how the act of dressing a child takes place, and to reflect on the comparison and division of genders, having children's fashion and its elements activated as social markers. In theoretical terms, I used the definitions of gender and sexuality by Judith Butler and Thomas Laqueur, and of fashion and consumption by Daniel Miller to develop my analyses. Furthermore, I have also taken into account the contemporary discussion of “gender ideology”, gender fashion, and the history of pink and blue. The method of collection of reports given by mothers of babies was the semi-structured interview. The choice of mothers was made because they allowed entry into the universe of gendered children's fashion that we are trying to debate. Due to time constraints and the small number of interlocutors contacted, the analyzes conceived are restricted and cannot be read as universalizing conclusions. They proved, however, to be fruitful as they demonstrate that there is a strong association of colors with gendered elements in fashion, especially with regard to statements and/or suspicions of heterosexuality and homosexuality.

Keywords: Fashion; clothing; gender; politics.

Índice

Introdução	07
Política, gênero e moda	09
Moda, consumo e significações	18
Conversas com as mães	23
Considerações finais	36
Referências bibliográficas	

Introdução

Esta pesquisa tem a moda da primeira infância como objeto de estudo, refletindo sobre como a questão de gênero é enviesada pelas roupas e como são interpretados os símbolos de masculinidade e feminilidade pelas pessoas entrevistadas. As categorias de gênero e sexualidade com as quais trabalho se baseiam nos estudos de Judith Butler (1993) e sua teoria de performatividade. A materialização do sexo feminino e masculino é um processo em que a normatização cultural produz essa diferenciação sexual, por meio da performance repetitiva do que são os gêneros para uma sociedade heteronormativa.

É importante frisar que isso se dá num contexto das sociedades brasileira e estadunidense, esta última local de atuação da autora, e justamente por isso as noções de gênero as quais são referidas no corpo do trabalho se dão em razão de certo entendimento de que não estamos tratando de ideias universalizantes, mas especificamente no contexto brasileiro. É com este recorte que são feitas as análises da pesquisa, considerando também a forte influência estadunidense na moda produzida aqui, e nos estudos sobre moda e sobre gênero.

Os objetivos deste trabalho foram identificar as visões de gênero e sua construção política e, a partir do olhar de mães, compreender como se dá o ato de vestir uma criança. Busquei, assim, refletir sobre a moda a partir das noções de gêneros pré-estabelecidas e também sobre as implicações sociais que se dão na produção de elementos focalizados para cada gênero.

Para desenvolver esta pesquisa, realizei entrevistas semi-estruturadas com quatro mulheres entre setembro e outubro de 2021, sendo que três entrevistas foram realizadas de forma online e uma presencial. Minha pretensão foi de conhecer como as pessoas vestem suas crianças pequenas e quais são suas visões de mundo a respeito dessas escolhas.

Quais roupas as crianças pequenas usam? Como e por que essas roupas são escolhidas? Estas escolhas estão relacionadas ao sexo da criança? Também sob o viés de gênero e consumo, o recorte utilizado foi trabalhar as ideias e falas/vozes das mães, vistas como as principais responsáveis pela escolha das roupas, incluindo aqui a subversão das normas vigentes. Essas narrativas possibilitaram compreender qual a importância dos detalhes do vestuário no momento de vestir a criança, e como cores, tecidos e acessórios impactam na percepção, aceitação ou recusa das peças infantis.

As entrevistas semi-estruturadas, por mais restritas que possam ser consideradas, auxiliaram em dois âmbitos cruciais: em virtude da pandemia de Covid-19, não só eu como minhas interlocutoras estávamos apreensivas e receosas de realizarmos encontros presenciais e, assim, as conversas online cumpriram seu propósito de conectar-me às minhas informantes.

As interlocutoras são de classe média, com idades entre 26 e 42 anos, com filhos de 1 a 3 anos. Três mulheres têm apenas uma filha ou um filho e uma tem um casal. As entrevistas tiveram duração média de quarenta minutos e aconteceram por meio da rede social WhatsApp, em forma de ligação virtual.

Ao estabelecer perguntas diretas, mas em uma ordem que permitisse que divagações e histórias permearem o discurso, pude ouvir os relatos de situações cotidianas vividas por elas, e também incentivar reflexões que foram novidade, já que elas nunca tinham pensado pelos ângulos que coloquei e explicava conforme o direcionamento que elas estavam dando em suas respostas.

O primeiro capítulo constrói a narrativa do embate político sobre gênero e sua influência na moda. O que é a moda, como ela é generificada, e o que é gênero segundo a teoria *Queer* também são conceitos abordados. A crítica política a essa definição de gênero é definida como ideologia de gênero, e um de seus maiores palcos é a moda infantil.

O segundo capítulo conta como a moda, tanto infantil como adulta, são definidas pela binaridade de gênero. Historicamente, essa divisão foi se tornando canônica e segregando cores que simbolizam cada gênero, evidenciada na infância pela ideia de que rosa é uma cor "de menina" e azul, "de menino". Para compreender como se dá a diferenciação da moda por mães para seus filhos, as entrevistas contêm pensamentos e situações trazidas à vida pelas interlocutoras, explicitando como os embates ideológicos se dão nas experiências cotidianas.

Política, moda e gênero

A questão do papel que o gênero representa na moda sempre foi, para mim, inquietante. Os estudos de gênero e sexualidade, política e representatividade e também as epistemologias feministas se fizeram presentes na minha trajetória na graduação. Então decidi me aprofundar neste caráter estético, mercadológico, performático, íntimo, sensível e revelador, que é a forma de se vestir, comumente circunscrita às seções masculina e feminina das lojas de roupas.

Os estudiosos da moda, tanto designers quanto estilistas, acadêmicos das artes, comunicação e semiótica, e historiadores, se debruçam em estudos sociológicos e antropológicos, sob a ótica de gênero, para informar seus trabalhos. Foi no fim de 2018 que pensei pela primeira vez no caráter simbólico fortemente marcado da cor rosa como uma cor exclusivamente voltada para o gênero feminino. Isso se deu a partir da exposição “Pink: The History of a Punk, Pretty, Powerful Color”, exposta em Nova Iorque, no Museu do FIT (Fashion Institute of Technology), que rendeu um livro, reportagens, fotografias e discussões. A exposição contou com simpósios em que diferentes autoridades do campo das Ciências Humanas apresentaram reflexões que versam sobre o papel político, social e histórico da cor rosa no mundo.

A controvérsia que envolve a cor ultrapassa a materialidade, e também a simbologia, sendo feita justiça à ela somente quando ambos aspectos são relacionados em sua análise. São convocadas, no contexto dos simpósios e do livro, as interpretações da cor que representa a carnalidade do corpo, em especial as partes íntimas, uma beleza inocente e envergonhada pelo rubor das faces brancas que coram as bochechas (e a conotação racista que essa inocência, denotada como universal, mas particular à experiência do corpo branco, traz) e, finalmente, ao ser descoberta como tintura abundante em nosso país, inclusive participou da nomeação deste (o pau-brasil tem coloração vermelha que pode ser lida como rosa). Então, neste momento, percebi que me encontrava envolvida em um assunto que tinha grande potencial, e descobri que além de criativo, seria também político.

No ano de 2019, empossado o novo presidente do Brasil, foi criado por sua equipe o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos. Convém destacar que em 1997 um órgão semelhante funcionava como uma Secretaria de Direitos Humanos com status de ministério, e

que em 2015 esta secretaria foi unificada com as secretarias de Políticas de Igualdade Racial e Políticas para as Mulheres. Mas o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff impediu que realmente se tornasse um Ministério. E só em 2017 foi recriado o ministério, neste momento com o nome de Direitos Humanos. Agora, mesmo abrangendo as políticas raciais e indígenas, a pasta foi renomeada inserindo a palavra “família”.

Pode não parecer à primeira vista, mas as titulações são discussões políticas, geralmente públicas, e ser um Ministério significa ter mais poder dentro do nosso sistema governamental. E o porquê desse nome novo, que não vem de uma secretaria, e sim dos lemas de campanha de Bolsonaro, “em defesa da família brasileira” e “Deus, pátria, família”? Não encontrei nenhuma conceituação oficial por parte do então candidato presidencial para a mudança do nome da pasta, mas é sabido que o lema que incorpora “família” nos motes do novo governo vem da Ação Integralista Brasileira, movimento com inspiração no fascismo italiano.

Mas tivemos acesso a um vídeo¹, gravado no dia após a posse do presidente, protagonizado pela ministra dessa pasta, Damares Alves, em que ela, cercada de apoiadores, em clima festivo, afirma, em duas frases particularmente simples em expressão e complexas em significação, que o “Brasil está entrando em uma nova era”, em que “menino veste azul e menina veste rosa”. Penso ser emblemático a ministra, evangélica, que levanta a bandeira da “família tradicional brasileira”, vir a público com uma definição concreta da moda e o que cada gênero deve usar.

As reações feministas e mesmo de opositores do governo em geral foram de postar, em suas redes sociais, retratos seus usando a cor contrária àquela estabelecida como “normal” pela ministra. O que chamou minha atenção foram as respostas de seus apoiadores, que não viram como perda de capital político esta declaração e sim um fato notório e indiscutível. Seus apoiadores também criticaram as reações dos opositores, realçando que a ministra estava falando de crianças e não de pessoas adultas. É exatamente na binaridade de gênero que encontramos embates teóricos e práticos, pois na delimitação em que cada um é construído, é preciso constante reafirmação do seu caráter de normalidade e diferenciação de um para o outro.

Damares, representante da bancada evangélica, sempre prometeu em seus discursos, antes e depois de estar no governo, que lutaria contra a “ideologia de gênero”, termo político

¹ALVES, Damares. 2019. 1 vídeo, 30s. **Menino veste Azul e menina veste Rosa. Uma Nova Era?**. Publicado pelo canal Ator-Edson Custódio. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=6myjru-e81U>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

designado pelas religiões cristãs, católica e evangélica, e por outros setores conservadores, posicionando-se moralmente contra em discussões sobre saúde reprodutiva das mulheres, educação sexual e reconhecimento de identidades não heterossexuais.

Segundo Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017, p. 742-743), não só

O campo discursivo de ação contra a temida “ideologia de gênero” tende a ser reconhecido como politicamente de direita (...), como “tudo indica que as aprovações do casamento entre pessoas do mesmo sexo em países como Argentina (2010) e Brasil (2011) foram o ponto de inflexão para que a noção de “ideologia de gênero” passasse progressivamente a delimitar uma gramática política na batalha de empreendedores morais contra o avanço dos direitos sexuais e reprodutivos.

Estas inflexões foram sentidas a todo momento durante a minha pesquisa, porque as tensões políticas que permeiam os conceitos de gênero e sexualidade são a todo momento acionadas, assim como o conhecimento de que essa é uma discussão que existe atualmente, concordando ou não que os conceitos e os papéis de gênero possam ser desnaturalizados.

Em entrevista ao conglomerado internacional de mídia DW Brasil (Deutsche Welle), a ministra explicitou o que pensa sobre os estudos de gênero:

(...) A senhora dá um cunho negativo ao fato de uma criança poder se identificar como homossexual?

Olha, essa frase (*o cão está muito bem articulado*) foi retirada de uma palestra em que eu criticava, e crítico (*até hoje*), a teoria, a ideologia de gênero. A ideologia de gênero... (*A entrevistadora fala: movimentos gays*) Há uma diferença muito grande entre a teoria de gênero, a ideologia de gênero (*de um lado*), e a homossexualidade, a bissexualidade (*de outro*), são coisas totalmente diferentes. A teoria de gênero, ela transcende a tudo isso, e eu sou contra essa teoria, essa ideologia, que chegou no Brasil forte, e eu fiz resistência, liderei movimento de resistência, e ainda faço. **Chegou no Brasil forte, por exemplo, dizendo que meninas não podiam mais vestir cor de rosa no Brasil, porque menina e menino tinham que ser neutros, e tanto que tem uma frase famosa minha que eu digo, “agora meninas podem vestir rosa e meninos podem vestir azul no Brasil”. Uma teoria que chega no Brasil dizendo que você não podia mais ter bonecas e brinquedos de meninos, os brinquedos tinham que ser neutros no Brasil. E havia um patrulhamento ideológico absurdo, e a ideologia de gênero infelizmente usou o movimento gay, usou a homossexualidade para impor sua pauta no Brasil, e que isso fique bem claro. Essa ideologia de gênero, que parecia proteger os homossexuais, na verdade traía os homossexuais, porque essa ideologia por um tempo usou a homossexualidade, usou o movimento LGBT, que conquistou todas as suas vitórias dizendo que gay nasce gay, lésbica nasce lésbica, movimento gay tinha esta bandeira. Aí a ideologia de gênero chega e fala: “ninguém nasce homem, ninguém nasce mulher, ninguém nasce gay, ninguém nasce lésbica, você se torna mulher, você se torna gay, você se torna lésbica.** Peraí. É uma ideologia que fez muito mal ao movimento gay, fez muito mal a todos os movimentos no Brasil. Então eu me levantei contra. E eu vou dizer uma coisa: essa ideologia é do cão. Eu disse lá e repito agora, **é uma ideologia que vem pra desconstruir tudo que está posto, mas não apresenta nada no lugar daquilo que eles vão destruir.** Então eu

sou uma crítica da ideologia de gênero, era no passado, sou agora, e quer que eu diga uma coisa? O movimento gay concorda comigo, com certeza.²

A neutralidade a que a ministra se refere, trazida ao debate como um “patrulhamento ideológico absurdo”, segundo ela, é a emergência de novas visões sobre o que as pessoas querem consumir e querem que seja comercializado, disponível no mercado, baseado em reflexões até então inéditas ou ignoradas pela grande população, que ganharam força ao se tornarem pautas que conquistaram as ruas.

Uma nova visão, importada dos debates queer, é um estilo de moda em que o gênero não é uma categoria sob a qual as peças são produzidas, ou seja, as ideias fixas sobre o que deve constar como masculino ou feminino são oportunamente colocadas de escanteio para materializar a noção de que a roupa não tem gênero, e nem necessariamente as pessoas. Portinari, Coutinho e Oliveira (2018, p. 145) trazem como provocação a ideia da moda enquanto segmento influenciador com “a normatividade e o seu papel na materialização e na performatização (...) de gênero, [que] levam à problematização das possibilidades transgressoras ou críticas das iniciativas da Moda.” Então, a moda agênero começou a tomar corpo no que diz respeito ao segmento adulto, quando trouxe em quantidade abundante peças de modelagens mais largas, sem destaque para decotes, por exemplo, mas principalmente nas cores de tons terrosos, branco, preto, bege, cinza, ou seja, cores que remetem à natureza e que não são cooptadas tão facilmente por pessoas, empresas, movimentos, nem pelo que é atualmente considerado representativo de um gênero ou de outro.

Porém, por mais que haja demanda para esse estilo, são iniciativas pequenas e isoladas das empresas de produzi-lo, e geralmente excluem as pessoas com menor poder aquisitivo e as pessoas consideradas gordas. Logo, é difícil dizer que essa nova forma de fazer moda é relevante no cenário brasileiro, ainda mais quando se fala de moda infantil. Relevante no sentido de transpor a moda generificada, se impondo frente às opções disponíveis em larga escala para compra.

Nesse sentido, foi muito mais fácil, do ponto de vista mercadológico, vender brinquedos que não indicariam um gênero necessário para utilizá-los do que as roupas, como por exemplo bolas de futebol, carrinhos, bonecas, mini-cozinhas “unissex”, ainda que a estratégia utilizada

² GOMES, Karina. “Ideologia de gênero usou movimento gay para impor sua pauta no Brasil”. Deutsche Welle (DW) Brasil. 03 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/ideologia-de-g%C3%AAnero-usou-movimento-gay-para-impor-sua-pauta-no-brasil-diz-damares-alves/video-52615564>>. Acesso em 17 de novembro de 2021. Grifos meus.

em grande parte do varejo é recodificar os objetos com as cores “opostas”, como, por exemplo, bolas e carrinhos com personagens femininas e cor de rosa, e vendendo a ideia de que meninos também terão filhos e cozinharão em seus futuros. Assim, o argumento de que não se usa os órgãos genitais para brincar, e portanto não é importante que o objeto seja tido como de um ou outro gênero, é mais aceito, embora com o vestuário seja uma outra história. Porque ao se vestir, será importante adequar a identidade visual com o sexo, que é ainda vinculado ao gênero.

O sexo, segundo Laqueur (2001), é contextual, e fica atrelado aos discursos e pensamentos de cada época. A ciência biológica e médica, que é tida como detentora da verdade única sobre o assunto para o conservadorismo, não só investiga a diferença entre homem e mulher, mas a constitui. A ideia de que existem dois sexos é recente, superando a ideia de que o sexo feminino era uma versão do masculino em que faltavam partes, e a própria ideia de dois sexos é construída hierarquicamente. Ao ter o sexo masculino como superior e mais perfeito em comparação ao feminino, reforçou-se historicamente limites dos gêneros, em que a divisão de trabalho e a vida doméstica foram atribuídos a cada um de acordo com a visão que se tinha (ainda tem...) da força e habilidade femininas e masculinas. Os papéis de gênero se desenvolveram nesse contexto, e as relações heterossexuais também, logo existem argumentos científicos que propõem novas reflexões sobre a matriz sexo-gênero.

Ao afirmar que a “ideologia de gênero” usou o movimento LGBTQIA+, Damares está se referindo à ideia que, pelo menos segundo (e para) ela, o movimento LGBT fez com que as pessoas heterossexuais entendessem e aceitassem a homossexualidade. Não há consenso, nem nunca houve, de que uma pessoa gay, lésbica, bissexual ou transexual nasceu sabendo da sua sexualidade, tanto que o que antes era chamado de opção sexual agora é tratado por orientação sexual, conforme reivindicações do movimento, que geraram manuais e cartilhas estatais que corroboram essa conceituação. Toda pessoa LGBTQIA+ sabe, se não viveu ela própria, das idas e vindas que os “rótulos” vêm a identificá-la ao longo da vida.

Então, quando Damares diz que a indagação, a dúvida sobre a sexualidade, fez “muito mal a todos os movimentos”, ela quer dizer que o que foi aceito pelas pessoas heterossexuais é o fato de que as pessoas LGBTQIA+ não podem optar por uma escolha diferente, a não ser desviar da norma (senão talvez o fariam?), e que, contanto que seja característica de nascença, natural e que possa ser naturalizada, ela poderá ser aceita. A ideia de que a teoria de gênero (ou, como ela se refere, a “ideologia”) bagunça a ideia de que são dois gêneros naturais

afetaria também o modo como as sexualidades se dispõem e se conceituam. Por não sabermos se a pessoa nasce ou torna-se gay ou lésbica, perde-se também a naturalização da heterossexualidade, o que é tido como ameaça à família e aos papéis de gênero.

Para entendermos desde quando e como essa ameaça foi estabelecida, e por que foi nomeada pejorativamente de “ideologia de gênero”, colocando a questão do que é gênero e do que é sexualidade no centro dos debates políticos, e base do que deveria ser a família, temos que analisar a história desta ideia. Como já mencionado, a expressão é usada politicamente pelo campo conservador, mas suas origens estão na Igreja Católica e sua enorme influência cultural, moral e política. Os avanços da comunidade LGBTQIA+ e feministas, desde os anos 90, promoveram um crescimento exponencial de políticas públicas mundiais baseadas nos direitos pelos quais esses grupos lutam, que dizem respeito a direitos reprodutivos e sexuais (pílula e demais métodos contraceptivos; aborto seguro; leis de punição para estupro e abusos), educacionais (ensino sexual, biológico, e sociológico, sobre gênero) e proteção à população LGBTQIA+ (casamento homossexual, adoção por casais homossexuais, direito ao nome social, cirurgia de redesignação sexual), para citar os maiores. São essas conquistas que são combatidas e tidas como imorais pelos seus detratores, que escolhem então classificá-las em um grande guarda-chuva chamado “ideologia de gênero”, promovendo eles mesmos uma leitura ideológica em si.

De acordo com os cristãos conservadores, cada gênero tem seu papel na constituição familiar, e o feminismo estaria propagando o apagamento desses papéis, ao mesmo tempo em que propõe uma antagonização aos homens, já que é reconhecida a sociedade como patriarcal. É uma ideologia crer que uma família só pode ser formada por membros heterossexuais. Porém, mais do que isso, também há a negação da pessoa transexual, no que o penúltimo Papa (ainda cardeal), Bento XVI, classificou como “negativo que o indivíduo tivesse o direito de escolher seu gênero independente do sexo biológico” (Carta aos Bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na Igreja e no mundo, 2004, Santa Sé). Ao desnaturalizar a relação entre sexo e gênero, são essas pessoas quem mais desagradam o conservadorismo.

O que a “metáfora” do rosa e azul da ministra significa, nesse contexto, é algo que não está fora do seu sentido concreto e literal, logo, não pode ser considerado uma metáfora, pois é uma tecnologia social. Rosa para meninas e azul para meninos, juntamente com a luta contra a “ideologia de gênero”, estabelece objetivamente que a deturpação de elementos

considerados naturais e atemporais (como a atribuição dessas cores para cada gênero) não será tolerada. Ao estabelecer quem pode ou não falar sobre gênero com as crianças, a conduta contra uma suposta ideologia revela a sua própria ideologia: a discussão não deveria estar nas vozes dos cientistas e educadores, e sim das famílias, mais precisamente as heterossexuais tradicionais. E quem não está disposto a aceitar essa ordem, quem desafia a ideia de gênero binário, está lutando pela sua existência, com certeza, e mais ainda pela sua inclusão nas políticas públicas. Porém, se certas coisas não podem ser discutidas, elas não têm espaço para mudar opiniões anteriores. E desnaturalizar a heteronormatividade não equivale a taxá-la como anormal. Quando Damares fala em uma “ideologia que vem para desconstruir tudo que está posto, mas não apresenta nada no lugar daquilo que vão destruir”, na entrevista acima citada, é nisso que ela está apostando.

Então a quem a “ideologia de gênero” se refere? Prioritariamente à teoria Queer, em constante ataque por sua não-aceitação de um mundo binário, que é influente atualmente por repensar não só o que é gênero, mas as relações sexo-afetivas que as pessoas, de todo e qualquer gênero, são livres para estabelecer, para além da heteronormatividade. De acordo com Annamarie Jagose (1996)

Mesmo não havendo um consenso generalizado a respeito da definição do que seja queer (...), os termos de uma possível definição são frequentemente propostos e debatidos. De maneira geral, queer descreve aqueles modelos analíticos ou gestos que dramatizam as incoerências nas relações, supostamente estáveis, entre sexo fisiológico, gênero e desejo sexual. Resistindo a esse modelo de estabilidade - que coloca a heterossexualidade como sua origem, quando essa seria melhor descrita como seu efeito - queer focaliza as incoerências entre sexo, gênero e desejo. (JAGOSE, 1996, p.3)

E o que é gênero de acordo com essa teoria acadêmica? O conceito de gênero serve para legitimar o entendimento da socialização a partir dos órgãos sexuais e a produção de elementos em que se estabelecem os sexos. Segundo Butler, toda identidade de gênero é o conjunto de atos performados, instituído nas (e pelas) relações de poder. Ao utilizar-se, porém infelizmente sem se aprofundar, da obra de Victor Turner e os rituais de drama social, a filósofa mostra como o gênero é socialmente construído o tempo todo, e sempre com e para os outros, enfatizando que é a repetição que torna a ação social legitimada:

Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam

essas significações estilizando-se em forma do gênero, essa “ação” é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequência (...). (BUTLER, 2003, p. 200)

A materialização é imposta pelas práticas reguladas pelo poder através do tempo, um processo, porque os corpos nunca se conformam completamente às normas, logo é necessário uma imposição constante. Para relacionar a performatividade de gênero e a materialização, Butler assinala que a performatividade não é um ato singular ou pensado, e sim a prática que retroalimenta o discurso, ou seja, ela produz os efeitos que nomeia como naturais.

Na definição dela, também, há uma imitação que se repete infinitamente nas performances, em que uma após a outra não é idêntica à anterior, e por isso não existe um “gênero original” a que possamos nos remeter, o que demonstra que não há necessariamente relação entre sexo e gênero no âmbito das performances de atos, gestos e signos culturais.

Considero que a moda, enquanto matéria que só existe em função dos corpos que veste, no dia a dia, faz com que as roupas generificadas em cada corpo se coloquem como signos da afirmação do masculino e feminino, pois também é de caráter normativo e sempre foi posta como divisora dos gêneros. E são os discursos a partir da moda generificada que me permitem usar incluir a roupa como uma performance de gênero, por ser o objeto essencial do corpo e por “travesti-lo”, o identificando, principalmente quando, por exemplo, não somos capazes de performar nada com nossos corpos.

Butler (1987), em sua interpretação da teoria de Monique Wittig, reitera como identificamos o gênero em um bebê, explicitando que estamos nos referindo ao sexo, que designará o gênero feminino ou masculino, unicamente por esse ser o modelo vigente:

Wittig contesta a prática social de valorizar certas características anatômicas como definitivas não só de sexo anatômico mas de identidade sexual. Observa que há outras espécies de diferenças entre as pessoas, diferenças em forma e tamanho, na formação das orelhas e na extensão dos narizes, mas que não indagamos quando uma criança vem ao mundo que tipo de orelha ela tem. Nós imediatamente indagamos sobre certos traços anatômicos sexualmente diferenciados porque presumimos que aqueles traços irão num certo sentido determinar o destino social da criança, e que o destino, seja mais o que houver, é estruturado por um sistema de gênero predicado segundo a pretensa naturalidade das oposições binárias e, por conseguinte, heterossexualidade. (WITTIG *apud* BUTLER, 1987, p. 147)

Logo, antes de nascer, antes de saber de fato como será o corpo do bebê, sua identidade de gênero já está dada. No cenário atual, o que vem antes, o sexo ou o gênero? A resposta é que, mesmo não fazendo um ultrassom morfológico ou um exame de sexagem fetal, no

momento em que a criança sair do útero, ela será designada ao gênero que os médicos determinam ao ver sua genitália, e em alguns casos até quando eles decidem qual genitália ela irá manter. E com a tecnologia médica, surge mais recentemente também um novo ritual, o chá de bebê, que evidencia a necessidade de escolher um nome, feminino ou masculino, e apresentar ao mundo o ideário que sonham para o filho ou a filha, esperando receber presentes que sejam de acordo com o gênero que foi acusado pelo aparelho. O enxoval, comprado de acordo com o gênero estabelecido anteriormente ao nascimento, também é um mecanismo comum na dinâmica familiar brasileira, e tanto ele quanto o chá têm a função de estabelecer em elementos visuais quem é a criança, dividindo em rosa e azul suas roupas e todos seus objetos.

A necessidade de caracterizar o corpo com um gênero designado, principalmente em crianças, é seguramente feita por uns mais que por outros, mas considerando as limitações de mercado e as dinâmicas sociais instituídas, como escola/creche e igreja/templo, que tem seus devidos uniformes e trajes específicos, é naturalizado que se façam estas distinções regularmente, em uma performance que nunca acaba. Já que os corpos infantis são tão parecidos que são difíceis de distinguir quem seria menino e quem seria menina desde o nascimento até seus quatro ou cinco anos, a generificação ocorre não só dividindo comportamentos adequados a cada gênero, mas também ornando ele da sua segunda pele, as roupas e acessórios.

Estas representações materiais, que são delimitações reais de como o gênero é construído, se impõe pela cultura política-religiosa conservadora, pelo repasse de valores geracionais e pelo apelo comercial exercido pela indústria da moda e a mídia. O entendimento de onde podem estar ancoradas as noções de certo e errado quando se trata de vestir crianças atualmente passa pela discussão e embate político, em quais são as produções destes objetos, comercialmente, e em que sentidos eles são configurados no seu uso diário são levantamentos centrais.

Moda, consumo e significações

A moda é a significação social e cultural das roupas, e o consumo individual, sob a agência do sujeito, exhibe e esconde pelos tecidos o indivíduo. Também é possível entender o contexto social em que se inserem tanto o indivíduo quanto a sua roupa, e quais são os anseios amparados pelas escolhas individuais que promovem semelhanças e diferenças tão distintas nos guarda-roupas de todos.

Assim, o vestir proporciona mostrar ao mundo personalidades, e ao mesmo tempo que pretende informar quem somos, também informa aonde estamos indo e/ou aonde queremos chegar, literal e figurativamente. Mas, como já disse Daniel Miller (2013), a forma como seus signos (os significados) são interpretados na moda é constantemente alterada, portanto não só o indivíduo a utiliza para significar como ela própria utiliza o indivíduo e o atualiza de acordo com as tendências ou estilos.

Nos trabalhos de Miller sobre cultura material, entende-se ser crucial a importância de uma análise interdisciplinar do vestuário, fazendo com que os efeitos da moda nos indivíduos sejam mais pensados. O autor não considera ideal teorizarmos sobre os objetos como meros artefatos, e o que propõe é uma teoria para transcender o dualismo do sujeito e objeto, criticando as abordagens que veem a humanidade como puramente social e a cultura material como somente a representação semiótica das relações sociais.

Em seus estudos, Miller sempre aponta para a tendência que existe na Antropologia de reduzir as preocupações com a materialidade através de uma reificação de nós mesmos. A reificação, traduzida como coisificação ou objetificação, é um conceito marxista que aponta para um estudo das relações sociais como relações entre objetos de troca, que chega a ser uma fetichização do consumo, já que as pessoas tornam os objetos o ponto central de suas existências. É interessante considerar outros fatores para a necessidade, atual e capitalista, de termos mais peças de roupa que podemos usar em uma semana, por exemplo.

A moda, que parece algo vago e amplo, está a todo momento se apresentando aos nossos olhos, e é apresentada diretamente nas lojas, mas também nas pessoas, nas ruas, e na mídia. Não temos poder para mudar o fato de que somos o que é consumido quando estamos nas redes sociais e navegando na internet, ao invés de sermos só consumidores, e assim, nossa presença online produz informação, que é traduzida sob a forma de tendências globais que são

rapidamente substituídas o tempo todo.

Em diversos momentos a moda reeditou peças, estampas, cores, cortes, modelagens, para mais ou menos exóticos (diferentes do que a sociedade está acostumada), mas a moda infantil fica em segundo plano nessas vanguardas. É nesse sentido que podemos ver o quanto as roupas para bebê mudam mais lentamente, incorporando novas ideias de conforto, mas também sofisticação, ainda que em caráter mais duradouro que as coleções, estações e estilos da moda adulta.

A moda infantil é um terreno curioso, pois, pelo menos até seus sete anos, crianças ainda estão aprendendo a se relacionar, interpretar gestos, ações e palavras. Elas ainda não têm poder aquisitivo, e seu poder de persuasão ainda é pequeno, estimando-se que sua bagagem teórica e argumentativa virá a aumentar consideravelmente nos anos posteriores.

Assim como a categoria “criança” foi socialmente construída, as roupas que podem vesti-la também foram. E elas carregam toda a carga histórica, teórica e prática que já vimos anteriormente, e mais adaptações, inovações e todo um repertório físico que quem modela, costura e vende coloca nessas peças. A necessidade traduzida pela moda e sua publicidade torna automática a utilização de roupas infantis como são oferecidas, como o macacão, o tip-top/body/peça única, camisetas, calças, saias, vestidos.

A participação na indústria da moda assume caráter feminino sob qualquer ângulo em que se possa imaginar (a menos que se fale de posições de poder e prestígio, mas nesse caso é difícil prever quão poucas áreas poderiam clamar ter mais mulheres que homens no topo). É uma cobrança que todas as mulheres têm, de vestir-se de forma modesta, em certa medida, ao mesmo tempo em que é cobrada certa sexualização, que é visivelmente maior e mais distante do que é esperado para os homens. Desse modo, é compreensível que seja a moda masculina a menos diversa, ou mais coesa, dependendo do ponto de vista. É considerada uma evolução na teoria da moda que se tenham opções fortes e imponentes o suficiente para não serem necessárias tantas peças distintas, como o terno, camisa e gravata que são atemporais e clássicos, além de ser considerado supérfluo e desimportante apreciar, consumir e até estudar moda.

É ainda mais notável que as mulheres julguem e sejam julgadas pelo que vestem em qualquer ambiente, pelos códigos de etiqueta e pelas suas abstrações do que é esperado. Há uma notória atribuição patriarcal de cuidado que perpassa a relação mãe-filhos de forma que,

mesmo podendo não ser a principal voz nas decisões sobre o que a criança usa, é da figura feminina que se cobra atenção ao repertório visual das crianças e bebês.

Muito embora os padrões de modelagem de uma camiseta T-shirt sejam hoje em dia neutros em questão de gênero, alguns detalhes como estampas, acessórios como bijuterias e fitas, por exemplo, “adicionam” e assumem um gênero. Geralmente o excesso, a frivolidade, o grande leque de opções, se equivale ao mundo feminino da moda, enquanto a neutralidade, a discrição, a restrição de opções pertence ao mundo masculino, tanto na moda infantil quanto na moda adulta. Essa suposta neutralidade referente a tudo que se coloca como masculino se deve à crença de que o homem é intelectualmente superior. E o grande objetivo da moda feminina é conquistar o minimalismo, tal como acontece com a moda masculina, isto é, ter opções de vestimentas disponíveis sem excessos. Porém, sabemos que não é no binarismo de gênero da nossa sociedade o lugar no qual as mulheres conseguirão obter uma equidade de gênero, porque estamos partindo de um sistema que sempre atribuiu ao homem a superioridade, além de se manter assim pela manutenção do patriarcado através do papel de gênero de mãe resguardado.

Quando tratamos de crianças, temos o seu gênero como grande marcador social, mas nem sempre foi desse jeito. Como a noção de criança foi inventada, com o passar dos anos passou-se a ser sentida mais e mais a necessidade de dividi-la entre meninas e meninos em menor idade, mesmo que seus corpos não acusassem formas ou maneirismos adquiridos ainda. Então, conforme Jo B. Paoletti (2012) narra:

As roupas dos bebês não se tornaram mais baseadas no gênero; os pais começaram a vestir seus filhos de maneiras mais baseadas no gênero. E não vestiam as meninas de maneiras "femininas" e os meninos mais como homenzinhos; eles investiram muito mais esforço em masculinizar seus filhos do que feminilizar suas filhas, porque o medo da depravação sexual - particularmente (...) a ameaça da homossexualidade - estava quase totalmente focada nos meninos. (PAOLETTI, 2012, p. 24, tradução nossa)

Isto é, o peso da imposição da heterossexualidade normativa é mais sentido nas decisões indumentárias masculinas, que tem que se conformar no espaço de sua “neutralidade” para não adentrar o espaço feminino, que é visto como um refúgio dos homens homossexuais. E que de certa forma deve ser, já que ao se indispor com as exigências de ser um homem hétero, e se refugiar no seu “oposto”, ainda que com peças mais contidas como shorts (bermudas

mais curtas), e estampas mais coloridas, por exemplo, esses homens passam a se identificar e relacionar entre si, evitando confusões sobre sua identidade sexual.

Não tão abordado é o reverso, quando mulheres homossexuais se vestem em dissonância com o esperado. Pela “neutralidade” do guarda-roupa masculino, peças como camisetas e camisas não destoam bruscamente de um lado generificado para o outro, e são detalhes como a modelagem e bolsos que acendem um alerta para quando as calças masculinas estão sendo usadas por mulheres. Mais do que se refugiar contidamente, essas mulheres conseguem mais facilmente usar peças masculinas, mas sofrem de um jeito diferente, pois a ameaça da sua sexualidade pode ser revidada violentamente, de maneira corretiva.

Agora, de acordo com os dados históricos da pesquisa de Paoletti (2012), adentramos nos fatos que se dispuseram de modo que fosse instaurada uma hegemonia na divisão de gêneros nas roupas, e sobretudo como as cores se tornaram patrimônios primordiais dessa disputa. No século de 1800, a idade era o principal fator que ditava quando um menino se vestiria mais de acordo com seu gênero e seu futuro como homem, e a classe social e a região onde ele se encontrava também pesavam nesse julgamento, por questões como clima e trabalho, que afetavam o estilo de uma família para a outra substancialmente.

Naquele período, em se tratando de Estados Unidos e Europa ocidental, que eram os modelos do prêt-à-porter reproduzidos aqui desde a época do Império, e são até hoje, meninos usavam, junto com as meninas, vestidos com jeito de camisola, preferencialmente brancos, pois era algo que facilitava movimentação, a higiene e o conforto. Ainda que eles já tivessem menos acessórios e peças com menos partes, como as saias com várias camadas de tecido, a preocupação se situava em quando e como vesti-lo para se parecer com a figura paterna. Sem a grande indústria têxtil que temos, as mães eram ainda mais responsáveis pela escolha das roupas, tornando-se também criadoras e costureiras, o que persistiu, por exemplo, em um Brasil empobrecido pelo século seguinte até pelo menos sua metade.

Assim, a preocupação com os meninos fazia com que cada avanço e conquista feminina fosse vista como um ataque que precisava de uma resposta à altura. Os Jogos Olímpicos modernos, por exemplo, foram introduzidos no começo do século de 1900, mais precisamente em 1896, e foi só no ano de 1986 (dados conflituosos na questão das datas, oficialmente as mulheres podem ser detentoras de medalhas a partir desse momento), depois de muita luta pela sua inclusão, que as mulheres foram consideradas oficialmente atletas olímpicas. As

mulheres, nesse tempo, conquistaram as calças e bermudas, e seu progresso significava o declínio da dominação masculina, e os homens precisavam de mecanismos objetivos que indicassem que eles também “evoluíam”, e essa força era particularmente medida pelo sucesso em mostrar, em larga escala, que o homem era heterossexual, garantindo uma visão de protagonismo na relação com as mulheres e o mundo.

A marcação de símbolos específicos que se destinassem a diferenciar e manter uma binaridade de gênero que manteria o homem heterossexual (e branco) na sua condição confortável de “sexo superior”, tinha que ser simples e eficaz, como Paoletti (2012, p. 77, tradução nossa) traz: “(...) novas regras precisaram ser impostas à moda para bebês e meninos; marcadores existentes de masculinidade precisavam ocorrer mais cedo, mais nítidos e exclusivos, para que até uma criança pudesse entendê-los.” Desse modo, para fazer com que um menino sempre pareça um menino, as decisões estilísticas sobre cores, tecidos e estampas foram estrategicamente, com esforço, moldadas ao longo de pelo menos um século, ao que chegamos no momento atual. A recusa dos vestidos, e por consequência as saias, foi o começo, e logo uma das, senão a maior, tensão que encontramos com resistência e julgamento para a moda masculina.

Paoletti (2012, p. 83) fala que “na década de 1940, um menino de dois anos de idade era capaz de se auto identificar, e identificar outra criança como menino baseado somente na roupa”. A partir dos anos 80, a tendência esmagadora de produção em massa viu as peças ficarem não só mais diferentes em modelagem, mas principalmente nas cores dramaticamente distintas e distantes para os dois gêneros. Esse movimento, que surgiu pelas mãos da indústria e mídia principalmente dos Estados Unidos, foi uma simbologia vendida como óbvia, mesmo que não fosse, e mesmo que conflitante com a ideia de que vermelho é uma cor forte e rosa, sendo uma versão dela, também poderia ser, e assim o mercado de moda de lugares que se inspiram, traduzem e importam os ideais dos EUA, como a América Latina, por exemplo, se inundaram dessa imagética.

“Embora rosa seja frequentemente combinado com azul em discussões de simbolismo de gênero, azul nunca foi tão poderoso simbolicamente quanto rosa”, Paoletti (2012, p. 85) esclarece, mas também é notável que essa ideia fixa e imutável dos dias atuais não aconteceu por um único evento, ou ação, ou de modo súbito, mas foi algo gradualmente popularizado, até que foram naturalizados e instituídos inclusive em rituais, como o recente chá de revelação de sexo, com bolos, balões e motivos azuis ou rosas.

Escolhas na prática: conversas com as mães

Para entender melhor essas dinâmicas, para esta pesquisa, decidi realizar entrevistas com algumas mães e investigar como se davam as escolhas das roupas de seus filhos e filhas. As entrevistas realizadas para esta pesquisa possibilitaram a compreensão dos fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, com questões iniciais para instigar reflexões das interlocutoras, para “mapear práticas, crenças, valores e sistemas classificatórios” (DUARTE, 2004), especialmente durante a infância, período de construção das afirmações e performances de gênero.

Algumas perguntas da entrevista foram pré-definidas, mas sua ordem de apresentação dependeu da interação com as interlocutoras, que iam costurando ideias e histórias ao longo da conversa. Fiz perguntas como a disponibilidade de cores desejadas na escolha das roupas, quem decide e o que é bonito ou feio, quais são as diferenças em comprar para menina e para menino, qual a importância de estabelecer que o bebê é menina ou menino.

As quatro mães entrevistadas são de classe média, residem na capital Porto Alegre ou em cidades médias próximas à capital, tais como Parobé, na região metropolitana, e Lajeado e Encantado, no Vale do Taquari, que se localiza na região central próxima à capital. As interlocutoras são mulheres cis, brancas, casadas com homens, têm 26, 30, 36 e 42 anos, três possuem um ou uma filha único e uma possui dois, sendo um menino e uma menina. Todas possuem ensino superior concluído ou em andamento. Um recorte específico de uma realidade presente no contexto atual, em que a classe média alta representa 15% da população, uma parcela pequena, mas com importância considerável, devido à sua influência e poder de compra, trazendo assim aos relatos valores situados por essas condições. Ao escolher pesquisar as narrativas das mães, priorizei uma base pertinente de pessoas que supus serem as responsáveis pela escolha das roupas, interessadas em vestir seus filhos e suas filhas enquanto ideia de cuidado e amor.

M., minha primeira interlocutora, tem 36 anos, mora e trabalha em cidades próximas, Lajeado e Imigrante. Ela é farmacêutica concursada na prefeitura, e frequenta assiduamente a casa dos pais, mesmo casada, desde que seu filho nasceu. O menino tem um ano e oito meses, e conversamos na casa de seus avós, que têm a casa como um campo minado de brinquedos, com bolas, carrinhos, legos e caixas ao alcance das mãos do pequeno, que tem um primo que faz as vezes de irmão, sete meses mais novo que ele.

Com ela realizei a única entrevista presencial. Sentamos sozinhas numa sala com vista para o pátio e o muro da casa vizinha, e pude reagir entusiasticamente às suas histórias, que ela contava sorrindo e algumas vezes em tom de voz mais baixo, sabendo que eu estava gravando e se sentindo constrangida com isso, ao menos no começo. Como nos conhecemos há alguns anos, mesmo sem ter trocado muitas palavras, havia uma segurança na minha pessoa para além da figura de pesquisadora. Filha de costureira, ela tem certo conhecimento do que procura, se tratando de vestimentas, e se assume como apaixonada em comprar roupinhas de bebê.

Sobre a experiência de comprar roupas para seu filho de quase dois anos, em termos de cores, M. escolhe o que chama de cores mais alegres, que realçam as próprias tonalidades do rosto do seu filho e as bochechas coradas, que para ela significam uma “cara de saúde”. São cores fortes, de intensidade e saturação altas, que ela classifica como “mais masculinas”. Uma reclamação compartilhada por todas mães de meninos é que não são tantas as cores oferecidas para eles, e M. diz procurar mais por roupas de tons fortes porque acha que ele fica mais bonito.

Ela ainda gosta de preto, que divide opiniões, mesmo tendo menos opções disponíveis no mercado. O que se encontra, e ela também adquire, são peças em branco, azul marinho, cinza mescla, e o que há de interessante é que, em suas palavras, “normalmente a bermuda é mais escura e a camiseta mais clara”, e as bermudas e calças são as únicas opções para o menino, não tendo tons que remetam à suavidade, e ainda que isso possa ser devido à limpeza mais fácil, não explica totalmente a falta de variedade em luminosidade da cor da peça.

Em sua vivência adulta, há uma disparidade de gostos, devido à percepção de sua própria imagem. M. afirma só usar roupas pretas, rindo, e diz gostar de cores escuras “para realçar a pele branquinha, que eu acho bonito o contraste. Bege ou laranja (eu) fico apagada, doente. É muito difícil eu estar de roupa clarinha, porque meus olhos sempre vão para as cores escuras, e procuro fugir disso pro bebê.” Embora tenham tons de pele similares, esteticamente ela considera o destaque nele bonito, enquanto a sobriedade é o caminho idealizado como fácil para si mesma.

K., 30 anos, mora com o marido e o filho, que tem três anos, em Porto Alegre. Ela é bolsista de mestrado da UFRGS. Conforme me relatou, na ligação que fizemos, está em uma situação financeira que a desagrada, embora explicito que isso não atrapalha o guarda-roupa do bebê. Em um primeiro momento, ela já explicitou que “a gente não costuma dar muita bola

pra roupa, estilo, cor”, afirmando que “já vesti de várias cores, vermelho, verde, cinza... nunca vesti de rosa porque nunca ganhei, mas se ganhasse usaria, só nunca teve”. Ela traz o consumo em brechó como um ato político, social e ambiental, mas também ganhou muitas peças dos primos que são maiores. Esse elemento aparece com mais força posteriormente, já que os dois meninos mais velhos, filhos de uma cunhada que mora no Paraná, são chave para comparações e reflexões feitas por K.

Falando do filho, por já ser uma criança falante, “ele já tem os gostos dele, tem estampas de bichinhos que a gente gosta, e agora se ele quer se vestir de alguma coisa, outro dia foi um leão, aí peguei uma roupa mais amarela, cortei papéis e montei uma fantasia, que depois caiu, mas ele se divertiu”, revelando uma questão lúdica e alegre presente na relação com as roupas que o bebê tem. “Hoje quero ser um menino arco-íris, aí eu coloco uma camiseta listrada, uma meia de cada cor... ele gosta de trazer a brincadeira pro vestir”, o que mostra que pelo menos as duas mães já trazidas aqui não só preferem como gostam que seus meninos possam chamar a atenção e serem mais coloridos em suas roupas.

K. pensa diferente de M. e afirma que “esses gostos a gente passa pros filhos... preto, cinza, branco, azul, verde são minhas cores favoritas pra vestir, mas não gosto de cor de rosa, nunca usei, já até ganhei de presente, mas não gosto.” Mesmo antes de eu perguntar sobre roupas cor de rosa, ela já revela uma visão negativa do seu ponto de vista em relação à cor, que também se desenrola mais a seguir.

L., de 26 anos, é estudante de relações públicas e trabalha com marketing, atualmente em home office, de modo que pode morar com a mãe e dividir a rotina dos cuidados com a bebê com ela. Sua filha, de um ano e um mês, é exibida com orgulho na rede social *Instagram*, tendo até perfil próprio, merecido pelas belas fotos em que posa sorrindo e sempre vestida dos pés à cabeça em *looks* elaborados. Nossas primeiras interações foram por meio da rede social, por amigos em comum, que me direcionaram à uma jovem que só usava rosa, em tudo. Com um estilo único, que chama a atenção por ser diariamente composto pela mesma cor em tons, composições e formas diferentes, L. percebe essa identificação como positiva na maior parte do tempo.

Sobre si mesma, ela não sabe apontar quando a cor se tornou sua marca, e fala:

Assim, eu gosto bastante de rosa. Desde bem pequena é meio que minha marca registrada, essa relação com o rosa. Eu gosto bastante, tenho até usado um pouco menos pra não ser tão obsessiva (risos). Eu acredito que tenha começado com essa mania do rosa... eu não lembro bem, não teve um dia em que eu decidi que eu só usaria rosa, mas eu acredito que foi por volta dos dez anos. Foi algo meio natural, do

tipo, “nossa, tu usa muito rosa”, sabe? Inicialmente foi natural. Eu realmente não sei explicar, isso talvez até eu tenha que trabalhar em terapia, mas é muito... Eu chego em um lugar e a parte rosa me atrai, entende? Atrai meus olhos. Eu realmente gosto muito.

Se parece uma declaração de amor, ainda que trôpega, é porque provavelmente poderia ser. Ela mesma reconhece que essa identificação é mais fácil por ser mulher, mas não percebe a cor em si como genericada, e sim a análise das pessoas. Ela diz que também usa bastante preto, branco, jeans, mas o rosa simplesmente atrai e combina mais com seu espírito.

Ainda assim, quando designado do gênero masculino, a criança vai crescer sem a opção de encher o guarda-roupa de cor de rosa, e sabemos que não é só uma questão de mercado, mas sim de percepção.

As roupas de sua filha, então, são inevitavelmente rosa, e L. assume que isso se deve ao fato do guarda-roupa inicial ter sido comprado assim, o enxoval, e os presentes das pessoas, “dão muito rosa por ser menina, e acho que também por eu gostar”. Além disso, “eu tento variar, mas é muito difícil sair disso, sair do rosa, entende? Normalmente as roupas mais bonitas e delicadas são sempre em rosa. Isso é muito interessante até, é uma coisa que eu não tinha pensado.” Como trazido anteriormente, a delicadeza é voltada para o bebê feminino, e a grande variedade de opções que se supõe para a menina não é sentida nos primeiros meses de vida, pelo menos, em que tudo é rosa ou branco.

J., minha última entrevistada, tem 42 anos e é atualmente dona de casa, e mora com o companheiro e os dois filhos. Conheço-a a vida toda, e apesar de sermos próximas, percebi dificuldade em responder “do melhor jeito possível”, em suas palavras, e corresponder às expectativas que ela parecia pensar que eu tinha. Contatei-a por perceber que seria interessante opiniões de alguém que tivesse um menino e uma menina.

Sua filha, de dois anos e onze meses, é parecida com o irmão no sentido de ser cheia de energia, muito apegada à mãe e a avó, que vê todos os dias, e ser uma menina considerada “moleca”, sempre no chão, ou correndo, ou jogando bola com o “mano”. O filho, agora com treze anos, foi também uma criança muito feliz por estar no pátio de uma casa, e embora não tenha tido um pai ausente, a mãe solteira na época o moldou como o pequeno homem que é hoje, jogador de futebol e despreocupado com a aparência das roupas, de modo geral.

J. gosta de cores “mais discretas”, que ela classifica como escuras ou clarinhas, sem nunca explicar o que seriam cores “extravagantes”. “Para menino, cores mais escuras,

azulzinho, preto, cores mais fechadas, e para menina tem mais opções, mais colorido, cores mais vivas”. Quando fala sobre seu gosto para as próprias roupas, traduz um pouco melhor o que quer dizer, já que usa os dois “conjuntos” de cor que institui antes: “sou mais discreta também, gosto de cores mais clarinhas, e azul, preto... é difícil me ver usando um vermelhão, amarelão.” Esse discurso remete ao início do nosso texto, em que os conservadores dizem que estão falando de roupas infantis quando se referem à rosa e azul, e que adultos não precisam dessa distinção, ainda que num guarda-roupa masculino adulto e heterossexual isso seja um pequeno detalhe ignorado.

Introduzindo a questão de “quais são seus pensamentos iniciais sobre as roupas cor de rosa”, era esperado que houvesse certa comoção pois é um tema mais “polêmico”, justamente por já existir um debate fora da academia sobre gênero. Além de L., que tem uma visão em que já considera ultrapassada a discussão, pois está tão incluída em sua vida que não promove nenhuma reflexão maior, as outras mães têm visões distintas.

K., uma mulher que fala abertamente da disparidade entre sua posição política e a do atual governo, expressando desgosto não só com as personalidades das instituições, mas também com o discurso presente na sociedade de adaptação forçosa, “as caixinhas em que colocam as pessoas”, apresenta em seu próprio discurso uma relação conflituosa com a cor.

Em mim eu acho ridículo, mas nada contra. Eu li, há muito tempo atrás, “O Retrato de Dorian Gray”, e tem um trecho, “mulheres um pouco mais velhas que usam cor de rosa”, e o personagem principal desconfia muito delas porque seriam mulheres que não teriam amadurecido... É um autor machista, é outro contexto, mas nisso eu concordo. Ele criticava muito a mulher e o feminino, mas me identifiquei muito com a frase, mulheres com mais de 30 anos, mais velhas, usando rosa, não tinham amadurecido, crescido, porque às vezes eu olhava na rua senhoras de rosa choque e lembrava disso...

Nessa fala, ela exemplifica o que define como “relação não muito amigável com o rosa”, que disse achar “engraçado”, e essa graça do engraçado seria justamente a total falta desta. Logo após afirmar não ter “nada contra”, mesmo achando a cor usada nela algo ridículo, ela expõe o que seria esse ridículo, ainda que esteja se referindo a outras mulheres, mas que tem a sua idade ou mais. A associação do rosa com o infantil pode ser apontada como algo geracional, pois para ela mulheres mais velhas não combinam com a cor, enquanto L., a mais jovem, reafirma diversas vezes que acredita que a cor é universal.

Já M. começa falando que “eu, como mulher, amo rosa, mas meu marido não gosta, ele se nega a usar”, corroborando com a realidade em que o gênero se impõe sobre essa decisão. Em seguida, ela se mostra tímida em compartilhar seu pensamento, mas é afirmada pelo meu encorajamento silencioso, em que não emito juízo de valor.

Não sou tão fechada (quanto o marido), mas se eu for comprar alguma coisa pro bebê, mesmo se tiver uma estampa bonita e for de menino, eu não vou comprar se for rosa, porque eu acho que no início a gente pode... Enquanto eu puder, eu vou mostrar o que que é de menino e o que que é de menina, e eu acho que o rosa é de menina, e o azul é de menino, então vou ensinar ele nessa linha, no futuro ele vai escolher. Agora eu escolho por ele, e enquanto eu for a responsável não vou colocar uma camiseta cor de rosa, pode ter uma estampa, mas só, não vou colocar nele um rosa choque. Acho meio preconceituoso, mas se ele crescer e quiser, vou mostrar outras opções. Se ele bater o pé, não sei se vou conseguir negar, mas vou tentar oferecer outras cores antes do rosa.

Há, aqui, um senso de responsabilidade em ensinar o que é certo para cada gênero, e embora ela se considere mais flexível nos detalhes, quando se trata de direcionar e dimensionar o uso da cor pelo menino, há essa relutância, como se a possibilidade fosse absurda, ou até tão ridícula quanto a ideia das mulheres mais velhas usando rosa, como discutido anteriormente.

J. compara as experiências para menino e para menina, mas primeiramente não associa tão fortemente ao gênero.

Não tive a experiência de comprar roupa muito extravagante pra menino, pra mim o cor de rosa ainda é. Se eu tenho que comprar cor de rosa, vou comprar pra menina. Pra menino, se for pra eu comprar, não compraria. Porque eu nunca tive essa experiência de comprar, não por ser cor de rosa, mas por ser cores mais assim, que pro meu filho eu não comprei, por ele sempre usar roupa mais discreta, independente se fosse cor de rosa, se fosse laranja forte, eu não compraria. Hoje, porque ele não usaria, lá atrás porque eu me acostumei a comprar cores mais discretas. Pra menina tem muito mais tons, pra menino quando tu vai comprar, vão te mostrar, tu não vai encontrar, ah, um body rosinha pra menino, esse tipo de coisa.

Especificamente no que diz respeito ao seu filho, ela está se referindo ao ideal de discrição pelo qual preza, que ela fica visivelmente tranquila, se não feliz, que ele carregue até hoje em suas escolhas. A questão geral de cores é vivida por ela como sinônimo de jovialidade feminina, especificamente, algo nada longe do que é considerado o ideal dos panteões da moda.

Como L. traz quando a indago sobre como ela acha que as pessoas falam, pensam, veem isso, o ideal de seriedade e austeridade que é tido como o normal, é realmente muito popular e comum no dia a dia, e as pessoas se utilizam de cores consideradas sem gênero, escuras, discretas, sóbrias, com o intuito de terem uma imagem adulta, não lúdica.

Eu vejo muita gente preferindo usar o preto, vejo muitos adultos usando apenas preto. Meio que, não sei, uma mania pra ser mais versátil? São peças mais versáteis. Minha mãe mesmo usa bastante preto. Sobre o rosa especificamente, eu não sei. É uma cor meio que padrão, historicamente, do tipo “Ah, é pra menina isso”. Mas pra mim o rosa tem muito de delicadeza mesmo, pra mim remete muito à delicadeza. Pra mim é a cor mais delicada que existe. E o preto é uma cor mais discreta, né? As cores mais sóbrias são mais discretas. Então eu vejo que é mais fácil tu combinar, mais fácil tu usar. Então até eu uso bastante preto, cinza e branco, porque parece que combina meio que com tudo.

As cores exuberantes são para pessoas extravagantes, e para crianças, ainda que com ressalvas, esse parece ser o aspecto notado pelas interlocutoras. L. ainda busca definir o porquê do rosa ser tão especial para ela, embora ela ainda consiga se adequar ao considerado normal, porque combina, porque é bonito, porque ela consegue não usar só rosa.

Eu nunca me senti estranha por estar usando outra cor, porque eu realmente não me importo muito, não me importo de ser a diferente. Mas acho que a maioria das pessoas usa cores sóbrias porque é meio que o que todo mundo usa. Pra não ser um ponto estranho, que chama a atenção. Brincam comigo, “tu vai colocar a bebê numa ditadura rosa”. Não, não é assim. Quando ela escolher ela vai poder escolher a cor que ela quiser, mas por enquanto eu que escolho por ela, porque ela não tem opinião formada. Eu acho que tem toda essa parte de fazer parte de um todo muitas vezes. Eu sinto que muita gente usa só preto e combina outras cores, assim, apenas em detalhes.

Ao contrário de M., L. explicita sua posição de liberdade em relação às escolhas, talvez por ser uma menina seja mais fácil, já que as amarras a que estão atreladas às cores não são excludentes como para um menino.

K. também busca ser diferente do que chama de visão de mundo, afirmando que vive numa “bolha” saudável, em que as pessoas acham ridícula a ideia de “rosa para menina, azul para menino”. Nesse ponto, ela narra uma trajetória que considera oposta à sua, e relata explicitamente a associação com homossexualidade que pode ser sugerida nesse assunto.

Tenho um irmão um pouco mais novo, que tem uma visão diferente de mundo, que não se deu conta do grande desastre que é esse governo... A mulher dele, minha cunhada, carrega um viés religioso, tem dois meninos e um grande medo sobre a opção sexual deles no futuro, medo de serem homossexuais. É uma ideia

culturalmente embutida desde a infância, ela se preocupa com isso a ponto de trazer valores e questões pra criar ao máximo homenzinhos. Eu não me preocupo com a sexualidade do meu filho, na parte da criação, deixo bem a vontade, não digo “isso é coisa de menina e isso é coisa de menino”, é limitador rotular assim... A gente tá passeando em algum lugar, ele gosta de cor de rosa, ele quer pegar um brinquedo rosa e brincar, ele brinca. Ele prova calçados cor de rosa, jamais vou boicotar ele dizendo “não pega porque é de menina”. Talvez nessas novas gerações tem uma coisa mais leve, nova de lidar com as pessoas. Minha cunhada morou muito tempo numa cidade do interior, criação religiosa, o que influencia mas não justifica... Enfim, acho que no fundo eles vão apoiar se no futuro forem gays. A gente tem esperança de que as pessoas vão abrindo a cabeça com o tempo e assusta a homofobia, violência de gênero...

Conforme Dutra (2002, p. 408) coloca, “existe uma vigilância implacável na diversidade do vestuário masculino, possivelmente por ‘insegurança em relação ao modelo de masculinidade exigido socialmente’.” O desgosto pela situação em que não há espaço para diálogo, se desemboca para K. no medo de que esses símbolos aparentemente inofensivos causem estragos significativos quando somados a preconceitos.

M. relata, em caráter de confissão e em um tom de voz de segredo, no fim da entrevista, que, ao pensar nas questões de moda, acaba lembrando de seu vizinho de infância, que morava na casa ao lado e que hoje é médico, casado e com filhos, e gay. Desde a infância, quando brincavam juntos com a irmã dela, ele já demonstrava preferência pelas roupas mais delicadas, pelas flores dos jardins, pelas bonecas das irmãs, e até por roupas cor de rosa. E a conexão que ela produz entre a homoafetividade e seus gostos tidos como femininos por ela são o que manifestam sua preocupação em relação ao que meninos podem ou não ter, gostar, usar e fazer.

Também poderia ser um fator de decisão as roupas serem parecidas ou as mesmas de outras crianças, porém essa hipótese foi refutada. A convivência não significa que as mães precisam atentar para os modelos exatos que estão “na moda”, o que importa é a satisfação de seu bom gosto e confiança em suas escolhas, pois o sentimento de pertencimento já é automático, já que as crianças e famílias frequentam espaços com seus pares, conhecem as normas sociais e também usufruem de um padrão de consumo parecido com seu entorno.

K. diz que se “ele pede as vezes, porque agora é maior e já tem esse olhar, a gente compra, mas pra nós não tem isso de precisar ser parecido”. L. diz que “nem sei o que as outras crianças usam, pra ser sincera, porque ela não convive muito com outras crianças, mas não é isso que eu penso na hora de comprar” e M. diz que “não vou atrás, se ele tá bonito, não me interessa se tá na moda, se eu acho bonito, tá ótimo”. J. é a única que pensou pelo viés dos

eventos, e contrasta ocasiões, em uma que percebeu uniformidade e outra que lhe pareceu que faltou tato para coordenar a padronização:

Depende do evento. Por exemplo, pra ir pra escola, eu prezo muito pelo conforto, eu mando com uma roupa leve, molinha, mas todos tem esse pensamento, ninguém vai levar com um vestido armado que não consegue ficar, aí agora tu vai pra uma festinha tu vê, tu veste ela mais de acordo.... Não teve muitas festinhas por causa da pandemia, mas lembro de um aniversário que vesti ela bem levezinha, e tinha meninas de vestido armado que não conseguiam brincar. Ao contrário do mano, nessa fase, ele estaria sempre de bermuda de moletom e esse tipo de coisa, camiseta, às vezes eu dizia, “ah, põe uma camisa gola polo, uma bermuda jeans, quando pede uma coisa mais arrumada...”

A autonomia das meninas é ameaçada quando estão em lindos vestidos nos quais não conseguem se locomover com tanta destreza, são frequentemente alertadas pelo pudor e pela necessidade de permanecer apresentáveis, categoria lida também como “ajeitadinhas” e “arrumadinhas”. A performance do gênero feminino implica maior cuidado, delicadeza e dedicação nas roupas, e como explicação temos a ideia de que “respeitar um nível mínimo de feminilidade é, antes de mais nada, mostrar um corpo vestido de acordo com o que se espera de uma mulher para ser percebida como mulher, não atropelar a ordem social” (Roach-Higgins et al, 1995).

O conforto é tido como a prioridade de todas as mães, porém ele pode ser posto de lado quando citamos eventos e ocasiões especiais. Os terninhos e vestidinhos, com tecidos sintéticos e menos flexíveis aos movimentos se fazem essenciais, ainda que às custas de reclamação. Em relação à rotina estabelecida com os pequenos, M. tem peças que considera “pra sair”, que são “uma calça jeans, porque no dia a dia ele tá sempre de moletom, uma camisa de lãzinha, ou um macacãozinho jeans, uma roupa mais ajeitadinha”, já que “no dia a dia é body de malha, babero e moletom”. Também em relação a isso, ela revela que “se fosse parecido com o pai, ele viveria de roupa preta, camiseta de banda, e ele (o pai) até fala que tem que comprar pro nenê. Mas eu me opus, porque essas roupas são sempre de tecido seco que ele não vai gostar de usar, vai ficar brabo, vai coçar um monte...”. E assim ela trouxe o único exemplo citado da opinião de um dos pais homens no vestuário infantil. Em contraponto à K., que é fã de brechós, M. se mostra contra adquirir peças desse jeito, justamente porque as roupas mais bonitas seriam as mais usadas, e ao lavar muito as roupas diariamente, elas ficariam mais “esgarçadas, batidas”, em suas palavras, e mesmo as peças

que seu filho têm passam por isso e assim tem algumas categorizadas como especiais e usadas somente em determinadas ocasiões.

K., que tem um menino mais velho que M., diz que não costuma dividir, separar ou guardar, até porque é o próprio filho quem muitas vezes escolhe entre o que está de fácil acesso para ele. M., que acha lindo terninhos e suspensórios, difere muito de K., que não gosta de roupas com estilo de “mini adulto”, como essas, e camisa gola polo, camisa de botão, e em eventos já levou o bebê vestido de macacãozinho de uso habitual.

L., por sua vez, gosta de enfeitar a filha para sair, desde que não seja nada que aperte e que esteja adequado à temperatura. Como menina, ela pode estar sempre ajeitada, mesmo em casa, e essa opinião é partilhada por J., que tem peças mais elaboradas separadas também, mas prefere usar antes de ter que se desfazer de uma roupa nova sem uso. Todas as mães afirmaram que nessas fases iniciais de vida, as roupas “escapam” do tamanho dos bebês muito rápido, e é por isso que elas se atentam com reforço redobrado em saber o que serve e não serve mais, e só ter o necessário, em um consumo consciente, pelas peças serem consideradas caras e muito passageiras.

Brevemente, L. comenta que “tem roupas minhas até que ela usa, minhas e do meu irmão que é mais novo. Eu gosto bastante de aproveitar, porque roupa de bebê é uma coisa que eles usam um mês e não serve mais. Então eu acho um grande desperdício, não só pelo dinheiro, mas porque é um desperdício.” Foi um fato inesperado e que não repercutiu muito no nosso diálogo, mas revendo agora é algo que transmite bem a essência dessa personagem, o fato de ela trazer tão naturalmente o fato de que sua filha menina usa roupas que foram do seu irmão em casa, priorizando o “ser” das roupas a seu “estar” generificadas.

Como a moda não é só visual, mas muito sensorial, as mães investem em peças de algodão, respiráveis, macias, e fogem de peças de tecidos sintéticos. K. demonstra desapego ao afirmar que “não dou bola pra marcas, até sei que existem, mas minha relação com a moda é utilitarista, acho importante, mas o papel não é de status pra mim, e sim utilidade”. Em outro momento ela até comenta que o próprio menino “faz as vezes as camisetas dele, que ele pinta, customiza”, trazendo assim um estilo de vida oposto à M., que adora os bodys (tip-tops, peça única) da marca internacional Carters, que são caros mas imprescindíveis, segundo ela, pois tem o tamanho dele, o que não é normal depois dos onze meses, e são peças coloridas, como ela prefere. Os bodys são peças unissex em sua modelagem e são especiais para os recém nascidos.

No mais, M. diz que “se o modelo é legal, acabo pegando mesmo sem ter as cores que eu gostaria” e que “acho lindo crianças em calças jeans, arrumadinhos, mas precisam se movimentar, então ele geralmente não tá assim, mas em festinhas sim.” Já K. caminha pelo outro extremo, e coloca que “desde que ele era nenê, odeio jeans em bebê, até ganhei calça, mas não consigo vestir nele, porque parece que tô amarrando ele”, e que “no inverno ele ganhou uma calça de veludo, mais durinha, e usou duas vezes, só uma vez deu certo e na outra vez ficou muito travada e ele queria tirar, porque acostumei ele a não usar roupas que prendam... Aí geralmente dou pra minha cunhada porque o primo dele é 4 meses mais novo e é o estilo dela”, que são falas que reiteram as histórias já trazidas.

As diferenças em comprar para menino e para menina, começam pelo fato da disposição das peças estarem dessa forma. J. resume isso ao falar das lojas que frequenta:

Tu vai comprar e tá lá, de menino e de menina, e já tá direcionado, não sei nos grandes centros, mas aqui se tu vai lá e diz que tu quer roupa pra menina, eles vão e te levam no “monte” dos meninos pra oferecer as roupas?! Eu acho que não tá nessa linha ainda, eu acho que essa divisão ainda permanece... Mas o que pode evoluir é, sei lá, chego lá e digo que quero comprar um vestido pra um menino... eu acho que ainda não tá nessa linha, né?

A percepção que ela tem de binaridade, do que ela, assim como M., trouxe como certo e errado, é palpável. E a ironia de sua fala vem depois da pergunta sobre o que ela acha que os outros pensam sobre cor de rosa, em que ela demonstra certo desprezo, de modo distinto de K. J. fala:

Se a pessoa não leva em consideração o gênero, o todos / todes / todas (risos), vai comprar qualquer coisa, e vai comprar o rosa só pra dizer que tá comprando pra todes. Não posso responder pelos outros, mas se eu fosse comprar, eu não compraria rosa pro meu filho, porque eu sei que ele não usaria... A gente sabe que a nossa criação ainda foi aquela que menina era rosa e menino era azul, preto, esse tipo de coisa.

Foi uma declaração risonha, de voz doce, mas que se pretendia enquanto deboche de uma suposta “desconstrução de gênero” e que essa suposta pessoa não teria noção de que está errada. Ao colocar a cor preta como símbolo masculino também, trago a resposta de L. para o questionamento de se existiriam roupas que nunca poderiam ser de alguma cor para a criança:

Assim, ela não tem muitas peças em preto, pra ser sincera. Eu percebi isso, que o pessoal tem preconceito com criança muito pequena usando preto. Eu lembro que ela ganhou um vestidinho preto, e eu gostei, achei que ficou muito bonitinho nela, e

minha família ficou meio “ah, colocou roupa preta na menina...”. Acredito que tenha a ver com a questão de religião, sabe? De pureza. Que preto deve ser algo ruim. Mas acho que pra bebê tem menos, sabe, de cores mais escuras. São mais cores pastéis mesmo.

M. e J. nunca comprariam rosa pink para seus meninos, enquanto K. nunca colocaria uma camiseta da seleção brasileira de futebol, pela ojeriza ao que significa politicamente hoje, ou seja, à associação aos apoiadores do atual presidente. Ainda assim, as cores que foram sendo citadas para meninos sempre tendiam para o mesmo espectro escuro, entre azul e verde, enquanto as meninas não estão presas entre rosa e roxo, como poderia se pensar.

Todas consideram as opções femininas incrivelmente mais diversas, tanto em peças como em cores, com elementos como vestidos, tops, saias, shorts, jardineirinhas, serem apenas acrescidas de opções como calças, bermudas, camisetas, camisas, jaquetas, e o que seria exclusivo para meninos são estampas de carrinho, super heróis, gravatinhas e suspensórios, regatas. E o que seria exclusivo para meninas são decorações mais pomposas, como laços, fitas, elástico na cintura, estampas das mais diversas, e acessórios como brincos, pulseiras, anéis, colares, bolsas. Os próprios super-heróis e desenhos animados que os meninos assistem, gostam e se identificam também tem cores pré-estabelecidas, isto é, podemos perceber os mesmos elementos que foram historicamente vistos como masculinos na mídia presentes ali.

Sobre a importância de estabelecer se é menino ou menina pela roupa, M. acredita ser muito importante, principalmente quando é uma criança pequena. Ela acha constrangedor trocar o gênero ao se referir ao bebê, mas diz que “não é pra mostrar alguma coisa pra mim, mas pros outros não se confundirem”. Já J. é categórica ao colocar que “não é preciso os outros olharem e saberem, é importante pra mim”, já que ela já teve uma experiência em que a filha estava toda de azul, e sendo muito pequena, tinha o cabelo curto e estava sem brincos e foi confundida com um menino. Mas ela viu isso como algo engraçado, e não se importou em corrigir.

Dito isso, “apenas o nome de um indivíduo (quando distinguido por gênero) pode competir com a roupa como um meio social eficaz para comunicar o sexo de uma criança (ou de uma pessoa de qualquer idade)” (Roach-Higgins e Eicher, 1993, p. 17), e o que é realmente considerado é se a criança sabe em que gênero ela pertence, e nunca transgredindo os limites

estabelecidos de gênero. J. continua sua explicação assim, assumindo que tem uma visão conservadora de como se veste um menino:

Eu posso ser taxada de retrógrada, mas pra mim menina é menina e menino é menino, respeito quem pensa o contrário. Mas pegando um exemplo, se eu botasse roupa de bebê femininas num menino, as peças são só a cor diferente, mas vai botar uma saia num menino? Eu não botaria... Não vestiria um vestido, não faria uma “caxuxa” [termo usado para se referir a uma mecha de cabelo preso].

Por fim, pergunto quais seriam os jeitos de usar uma cor não usual (que as mães de menino já interpretam como rosa, mas não precisaria ser necessariamente), e manter a identificação de gênero, se, enfatizo, for algo que importe ou pelo menos faça sentido para elas.

K. diz que, por mais que seu filho nunca tenha tido, ele usaria rosa em uma camiseta ou em uma bermuda, e o que fica implícito é que seria possível apenas uma peça por vez, e não um conjunto dessa maneira. L. acha “particularmente lindo rosa em menino”, e já viu “roupas muito fofinhas hoje em dia que tem pelo menos um pouco de rosa no meio”, e acha que essa questão de não usar rosa em menino é um “super preconceito, assim, sem noção.” Já M. colocaria “uma camiseta rosa e uma camisa de outra estampa mais masculina por cima, algo que desvie a atenção, já que o rosa pode tá junto, mas não pode ser o principal...”.

Assim, como traz Isabel Wittmann (2019), a marcação envolvida nesse processo pende mais para o lado masculino:

Embora muitas peças do vestuário tenham sido incorporadas no vestir de mais de um gênero, tal fato ocorreu mais facilmente com roupas entendidas como masculinas usadas por mulheres do que o oposto. A marcação de gênero em relação às roupas ainda é forte. Além disso, mesmo que muitas peças tenham se tornado de uso comum no guarda-roupa de diversos gêneros, ainda assim há marcadores específicos que sinalizam sua adequação. (WITTMANN, 2019, p. 37)

O que o rosa e o azul traduzem é um contexto maior que envolve estampas, quer sejam flores rosadas ou super-heróis com trajes em azul forte, que envolve detalhes como babados, sedas, rendas, fitas, laços, bordadinhos ou golas de camisa, gravatinhas, bolsos, suspensórios, tudo devidamente generificado. Assim, demarcando em minúsculos pontos, o rosa pode estar presente na roupa masculina, desde que acompanhado dos signos relacionados à figura do homem, revestindo o corpo como que em uma fantasia, principalmente se levarmos em conta que os corpos infantis das idades mais tenras são infinitamente parecidos e intercambiáveis.

Comentários finais

É na comparação entre os gêneros e no binarismo que se determinam e se disseminam as ideias pré-concebidas acerca de seus limites, quando na verdade as categorias masculino e feminino não são opostos que precisam se referenciar para existir. Na verdade, se aprendemos alguma coisa com o feminismo interseccional, é que é extremamente complicado definir o que é uma mulher, e resumir ela ao Outro ou então como uma versão diminuída do homem é tão errado quanto infundado atualmente.

Assim como os gêneros que atualmente dividem não só opiniões como as seções de roupa, nem sempre as cores rosa e azul foram implementadas como preferências naturais e únicas para meninas e meninos. E o impacto que teve essa ruptura significa uma perda de potencial criativo imenso para meninos que são convocados a “honrar” sua masculinidade ao rejeitar todo e qualquer símbolo feminino, começando pelo rosa, e assim também se afastar da homossexualidade que estaria atrelada à isso para eles.

A hipótese que mais me chocou ao ser refutada é que o rosa tem a ver com meninas até menos do que com meninos, no sentido de que as meninas podem usar outras cores, mas os meninos nunca podem usar rosa se a cor não estiver diluída em outras cores. A cor rosa ser considerada totalmente de domínio feminino diz mais sobre a recusa masculina em vesti-la (e no caso das crianças, a recusa de suas mães e pais de vesti-los também) do que qualquer outra coisa.

A sexualização das crianças, de modo que se saiba seu gênero antes de qualquer outro signo, não abre espaço para a neutralidade sem embates políticos e ideológicos. Não vejo, no momento, espaço para a moda ser verdadeiramente vintage e trazer de volta os vestidos, ainda que brancos e com moldes de camisola, para meninos pequenos, e nem as saias que já foram propriedade do guarda-roupa masculino. Ainda não é possível saber se a neutralidade seria possível, negociando as cores, e uma moda não generificada de tons marrons, beges, pretos e brancos, como é proposta agora pela indústria da moda, desagrade pessoas generificadas, pessoas transexuais, e pessoas sem gênero definido - não-binárias -, pois não agrega cores, tão marcadas pela distinção de gênero e reivindicadas pela divisão arbitrária, o que não condiz com o caráter revolucionário de rompimento dessas amarras por parte do movimento LGBTQIA+, que quer que as pessoas sejam quem elas quiserem ser e se vistam de modo que mostre isso, independente do que é caracterizado e naturalizado como masculino ou feminino.

Referências bibliográficas:

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault**. Em: S. Benhabib & D. Cornell (Orgs.), *Feminismo como crítica da modernidade* (pp.139-154). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. *Educ. rev.*, n. 24, p. 213-225, 2004.

DUTRA, José Luis. **Onde você comprou essa roupa tem pra homem? A construção da masculinidade nos mercados alternativos de moda**. In: GOLDEMBERG, Miriam (org.). *Nu e Vestido*. Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record. 2002.

JAGOSE, Annamarie. **Queer Theory: an introduction**. New York: New York University Press, 1996.

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o sexo: Corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MILLER, Daniel. **“Materiality: an introduction”**. IN: MILLER, Daniel (org.). *Materiality*. Duke University Press, EUA, 2005.

MILLER, Daniel. **Trecos, troços e coisas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo**. *Revista Sociedade e Estado - Vol. 32*, Núm. 3, Set/Dez 2017.

PAOLETTI, Jo B. **Pink and Blue: Telling the Boys from the Girls in America**. Bloomington, Indiana, Estados Unidos, 2012.

PORTINARI, D. B.; COUTINHO, F. R.; DE OLIVEIRA, J. M. da S. **Moda agênero: uma proposta de moda que desconstrói as fronteiras de gênero?**. *dObra[s] – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda*, v. 11, n. 23, p. 140–156, 2018. Disponível em: <<https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/715>>. Acesso em: 15 nov. 2021.

ROACH-HIGGINS, Mary Ellen; EICHER, Joanne Bubolz. **Definition and classification of dress: Implications for analysis of gender roles**. In: Barnes, Ruth & Eicher, Joanne B. (Eds.) *Dress and gender: Making and meaning*. Nova Iorque: Berg Publishers, Inc., pp.8-28, 1992.

STEELE, Valerie. **Pink: A History Of Punk, Pretty, Powerful Color.** Nova Iorque, EUA: Thames and Hudson, 2018.

WITTMANN, Isabel. **A Roupas Expressa a Identidade: Moda enquanto Tecnologia de Gênero na Experiência Transgênero.** *Cadernos de Arte e Antropologia* [Online], Vol. 8 No 1, 2019. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cadernosaa/2018>>. Consulta em: 01 nov. 2021.